

DF - lixo

WASHINGTON NOVAES

Os falsos caminhos do lixo

Está nos jornais. Brasília inquieta-se porque está produzindo 3 mil toneladas diárias de entulho e não tem mais onde colocá-lo, vai espalhando-o "por todo o Cerrado". Goiânia aflige-se com o chamado lixo hospitalar, porque os estabelecimentos produtores (hospitais, farmácias, laboratórios etc.) o colocam dentro de sacos plásticos e abandonam nas calçadas, ao alcance de qualquer passante.

É o drama do lixo, que vai crescendo. Já estamos produzindo cerca de 130 mil toneladas diárias de lixo nas áreas urbanas, das quais umas 100 mil são coletadas. Cerca de metade vai para aterros mais ou menos adequados. O restante, para lixões a céu aberto e para os leitos dos rios, onde ajuda a assorear o leito e provocar inundações. Raras são as cidades que têm destinação adequada para o entulho, menos ainda para o lixo hospitalar. A reciclagem de matérias não chega a um por cento do lixo total. E as prefeituras consomem nessa área recursos cada vez mais escassos: pelo menos 5 milhões de reais por dia, pelo menos 1,5 bilhões anuais.

E vai piorar. Porque as políticas de limpeza urbana, quando existem, são em geral precárias ou não dispõem de recursos. Muito menos de instrumentos eficientes para o que seria fundamental: conseguir reduzir a produção de lixo, que já está em torno de um quilo por habitante por dia, nas áreas urbanas.

Não seria muito difícil nem complicado tratar das duas questões mencionadas acima, entulho e lixo hospitalar.

Na época em que o autor dessas linhas foi secretário do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, chegou a avançar bastante a proposta para o entulho. Basicamente, propunha-se aos empresários do setor da construção que o Executivo mandasse ao Legislativo proposta criando áreas obrigatórias para a deposição de entulho, nos quatro pontos cardinais do terreno (a deposição fora delas implicaria pesadas multas); os empresários cuidariam da compra de uma usina móvel de reciclagem de entulho, que custaria em torno de meio milhão de reais e se deslocaria em rodízio pelas quatro áreas; o produto da reciclagem (areia, brita, etc.) ficaria parte para as empresas produtoras (na proporção de seu entulho) e parte para o governo, que a destinaria a programas de habitação popular.

A proposta foi exaustivamente discutida com as empresas do setor. Quando parecia prestes a ser implantada, os empresários desistiram, alegando atravessar um momento de crise. E em seguida - quando este escrevedor já



não estava no cargo - o projeto foi abandonado.

No caso do lixo hospitalar, a trajetória foi semelhante. Por proposta da Secretaria do Meio Ambiente do Distrito Federal, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) aprovou resolução que acabou com a incineração obrigatória do chamado lixo hospitalar (mas que inclui também resíduos de farmácias, laboratórios de análises e semelhantes). Já estava provado, científicamente, que pelo menos 90% do lixo hospitalar compõem-se de restos de cozinha e lixo administrativo, todos recicláveis, sem oferecer qualquer risco, se corretamente separados. Do lixo res-

tante, parte tem destinação obrigatória (Instituto Médico Legal) e parte é composta de resíduos de salas de cirurgia e de curativos, que podem ser embalados adequadamente e levados para áreas próprias em aterro sanitário. Só precisam ser de fato incinerados os chamados materiais perfuro-cortantes (agulhas, seringas, etc.), que podem produzir cortes na pele das pessoas que manipulem o lixo e permitir a entrada de um patógeno (e ainda assim, para acontecer uma infecção, precisará que seja um receptor de baixa resistência imunológica).

Diante desse diagnóstico científico, o correto seria promover a coleta seleti-

va nos pontos de geração de resíduos, para reaproveitar o lixo administrativo (papel, papelão, plásticos, filmes, etc) e o lixo orgânico, da cozinha (transformável em composto orgânico, adubo). Por isso, partiu-se, junto com a Secretaria de Saúde, para um projeto piloto de coleta seletiva em um dos andares do Hospital de Base - que produziu resultados encorajadores.

Se conseguisse estender o programa a todo o Hospital de Base e em seguida a toda a rede hospitalar e congênere, seria possível eliminar de vez a incineração de quase todo lixo desse tipo, que é o pior dos caminhos, porque o papel e o plástico, na queima, liberam na atmosfera, entre outras coisas, dioxina, que é o pior dos venenos - além de produzir um resíduo concentrado de metais pesados, de destinação difícil e complicada. Só seriam enviados para incineração os materiais perfuro-cortantes, devidamente embalados em caixas adequadas.

Tal como o do entulho, entretanto, esse projeto teve vida efêmera. Foi abandonado, junto com o outro.

Hoje, em quase todo o Brasil, volta-se a alardear a necessidade de incineração de todo o lixo hospitalar. Além de ser um processo que acarreta inconvenientes e desperdício, ainda exige vultosos recursos. A cidade de São Paulo, por exemplo - que abandonou os programas de reciclagem de lixo iniciados pela prefeita Luiza Erundina - está investindo US\$ 150 milhões na compra de incineradores e mesmo assim só vai dar conta de uma parte relativamente pequena dos resíduos (que totalizam 12 mil toneladas por dia). A alegação é a de sempre: não há mais áreas para colocar o lixo - mas não se cogita de reciclar, nem de políticas para reduzi-lo.

No restante do Brasil, o panorama não é muito diferente. Poderosos lobbies - vários deles ligados às grandes empreiteiras da área da construção, que estão entrando pesado no setor - percorrem as prefeituras seduzindo os alcaides com projetos de vistosos e caríssimos incineradores de lixo. Além de constituir obras exibíveis, marcadas com placas nomeando seus autores, são uma tentação quase irresistível em vésperas de eleição.

E o pobre cidadão contribuinte que vá se preparando para pagar falsas soluções, que nada resolvem e ainda criam problemas.

São questões como essa que precisam ser discutidas com o eleitorado durante as campanhas. Com competência, para demonstrar que existem caminhos melhores, ambientalmente mais adequados, mais econômicos, evitando desperdícios.